

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RIC-CM NO APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ana Caroline Mateus Cruz (Universidade Federal Fluminense),
Carlos Henrique Machado Martins (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),
Eliezer Pires da Silva (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), órgão arquivístico responsável pelo tratamento e preservação do acervo documental do Poder Executivo Estadual, é uma instituição responsável por implementar a política estadual de arquivos e desenvolver atividades para a divulgação e difusão do patrimônio documental arquivístico do estado. Desde sua criação, em 1931, desempenhou as tarefas de recebimento, classificação, guarda e conservação dos documentos em posse das Secretarias do Estado. Nos dias atuais, com o desenvolvimento da área científica, formalização de técnicas, métodos e normatizações, aperfeiçoou as ferramentas de descrição, a partir do uso de regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e a observação de necessidades intrínsecas do seu acervo. Isso culminou em uma descrição completa que abarca as normas arquivísticas, e um processo

capaz de contextualizar por completo os seus respectivos fundos. Contudo, desde 2016, o *International Council on Archives* (ICA), abriu a discussão em torno de uma nova metodologia de descrição arquivística com a publicação do *Records in Context: Conceptual Model* (2016). A norma desenvolvida pelo *Expert Group on Archival Description* (EGAD), abriu debates na comunidade arquivística. Deste modo, o material representou um alto nível de descrição de dados integrados, sendo denominado como descrição multidimensional.

Ao analisar a proposta do modelo conceitual foram encontradas similaridades à metodologia de descrição empregada pelo APERJ, porém o processo de descrição do Arquivo Público precede a data de publicação do RIC-CM. Em um primeiro momento, aparenta que o APERJ utilizou aspectos do RIC-CM de uma forma espontânea a partir de demandas que ela mesmo julgou necessárias. Com isso em mente, este artigo tem o objetivo de estudar mais a fundo componentes da descrição multidimensional pré-estabelecidos pela descrição do APERJ, e analisar pontos e contrapontos de uma possível aplicação formal do RIC-CM pela instituição. A pesquisa resultou na possibilidade de proximidade do trabalho desempenhado pelo APERJ com a descrição multidimensional, além disso, destacou o papel da instituição caso decida adotar uma futura integração do material, assim, com a possibilidade de tornar-se a primeira a adotar o modelo internacionalmente. Com isso, avançaria mais um passo nas discussões internacionais sobre a descrição arquivística, e novas possibilidades de mediações da difusão dos acervos, pensada na recuperação da informação pelo usuário e o seu acesso. A descrição multidimensional vem justamente para levantar esse ponto, como trabalhar a descrição de forma a estabelecer relações entre os acervos e facilitar o acesso e mediações informacionais. A realidade é que o APERJ está mais próximo da aplicação da descrição multidimensional do que a maioria das instituições brasileiras. A contextualização em sua descrição fez o arquivo implementar aspectos da descrição multidimensional de maneira completamente orgânica, visto que não existe qualquer citação da instituição ao modelo conceitual do RIC-CM. Isso demonstra que existe uma demanda dentro do Brasil para uma descrição baseada no contexto da produção documental e nesse sentido a descrição multidimensional e o RIC-CM são de inteiro interesse para essas entidades custodiadoras.

Para alcançar os objetivos, primeiro foi traçado um procedimento metodológico baseado no estudo da descrição e nos materiais oriundos da discussão sobre a descrição multidimensional, e para entender melhor a instituição do APERJ houve uma investigação sobre a sua política de descrição arquivística.

2 O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A POLÍTICA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

O APERJ é uma instituição pública arquivística responsável pela guarda e conservação do acervo documental do estado do Rio de Janeiro, com um acervo de aproximadamente 4 mil metros lineares, "promove a racionalização e padronização dos procedimentos gerais referentes à gestão de documentos na administração pública estadual". A instituição dispõe de software livre ICA-AtoM para a descrição, acesso e difusão do seu acervo na internet, sendo uma ferramenta elaborada de forma colaborativa pelo CIA e outras instituições internacionais⁹⁶, assim, está em conformidade com as normas internacionais de descrição: ISAD (G), ISAAR (CPF) e ISDF. Ademais, além dos parâmetros internacionais mencionados, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro utiliza para a descrição a NOBRADE (SECRETARIA DO ESTADO DA CASA CIVIL, [201-]).

Segundo Bellotto (2006, p. 173), a descrição arquivística é o processo pelo qual as informações do documento são representadas com o objetivo de oferecer ao usuário instrumentos de pesquisa para a recuperação da informação. Um dos pontos de partida para essa prática é o estabelecimento de um sistema de arranjo, para posterior representação descritiva. Segundo Paes (2004, p. 122), "cada conjunto de documentos é reservatório da experiência humana, que só poderá ser adequadamente utilizada se estiver racionalmente arranjada e conservada", o quadro de arranjo é a racionalização da organização dos arquivos permanentes garantindo as características intrínsecas ao documento, pois sem elas, tão pouco serve para o pesquisador como instrumento de pesquisa e análise histórica.

A hierarquia dos instrumentos de pesquisa implementada pelo APERJ, está dividida por níveis de descrição partindo do geral ao particular, dos fundos até os itens documentais, interligadas em um sistema hierárquico, seguindo a prescrição da norma ISAD (G), com um modelo multinível. As normas nacionais e internacionais são utilizadas pelo órgão público, em contraponto o Arquivo não conta com uma política de descrição arquivística institucional, assim, não há uma padronização estabelecida, o que dificulta o entendimento por parte dos profissionais do que foi feito anteriormente para a disponibilização e tratamento do acervo. Contudo a equipe nos últimos anos,

⁹⁶ O ICA-Atom é o resultado da colaboração entre o ICA, e alguns parceiros e patrocinadores como a UNESCO, a Escola de Arquivos de Amsterdam, o Banco Mundial, a Direção de Arquivos da França, o projeto Alouette Canadá e o Centro de Documentação dos Emirados Árabes Unidos.

estabeleceu uma metodologia criteriosa elaborada pelos profissionais especializados, entretanto a aplicação de uma política de descrição arquivística contribuiria para o fazer descritivo da instituição. Com um acervo de 29 fundos e 14 coleções, observa-se um processo de pesquisa e investigação criterioso sobre o acervo, aspectos históricos e metodológicos no qual existem mecanismos de relações entre os documentos e o pesquisador, além de correlações com instituições externas como o Arquivo Nacional, porém há uma dificuldade de diálogo entre instituições, partindo do princípio de que cada uma possui seus métodos e práticas de um mesmo fazer, o descritivo, mesmo que norteados por normatizações. O foco da descrição pela instituição é a representação dos acervos, e entende-se essa premissa, porém, um contraponto é referente à plataforma e sua usabilidade que não são explorados em seu potencial máximo, pois sua distribuição e organização não são equivalentes ao produto final descritivo, vale lembrar que, a crítica é referente à utilização da plataforma (o software livre ICA-AtoM, que dá diversas possibilidades para as instituições arquivísticas de disponibilizarem o seu material e de descreverem), e não sobre a função descritiva e o seu produto final. Outra problemática é a falta de profissionais para o atendimento das demandas, já que atualmente o Arquivo possui um número reduzido para suprir os trabalhos e necessidades da instituição.

A ausência de um quadro de arranjo disponível dificulta uma análise para descobrir se os fundos têm características que permitiriam aplicar a descrição multidimensional. Desse modo, há a necessidade de uma avaliação do acervo (avaliar o arquivo e não o processo de avaliação da documentação) em cada fundo de forma manual.

3 DESCRIÇÃO MULTIDIMENSIONAL

Quando o assunto se concentra na descrição, a principal questão discutida sempre é em relação a procedência da documentação, pois o principal objetivo da gestão documental é a preservação dos documentos de arquivo sem que eles percam os seus múltiplos valores como o probatório e histórico. Por essas razões, os quadros de arranjo sempre são pensados para espelhar a origem da produção desses documentos. Com o tempo, a elaboração desses instrumentos assumiu uma forma piramidal, com níveis de cada série ou subsérie dispostas em uma ordem baseada na hierarquia entre eles. Porém, há instituições que não seguem esse processo, e que são independentes da sua própria instituição. Com isso em mente, o ICA elaborou um novo tipo de descrição que se adequa a esses casos, ele nomeou esse projeto de descrição multidimensional. Essa nova abordagem, faz o arranjo assumir um formato

parecido com o de uma rede sendo capaz de correlacionar os setores de uma forma mais orgânica e os arquivos mais próximos da sua proveniência original. Outro aspecto significativo na descrição multidimensional, é a inter-relação entre os arquivos. Na pós-modernidade as instituições públicas e privadas mudaram a forma em que se relacionam, pois trocam informações em uma velocidade nunca antes vista e como consequência geram registros desses processos em formato de documentação, documentos estes que são importantes para a gestão pública e na organização empresarial. Outra perspectiva na qual dá para pensar o uso da descrição multidimensional é na gestão pública, onde devido as interferências dos governos, vários órgãos nascem e desaparecem com frequência. Por exemplo, quando o ministério do trabalho foi dissolvido e o ministério da economia tomou as suas atribuições, o arquivo do ministério da economia em nenhum momento tenta se vincular com o acervo do seu antecessor mesmo tendo uma prevalência próxima a dele devido as suas novas responsabilidades. Também há aqui, um valor organizacional a essa metodologia, visto que apenas se interligarmos os dois acervos é possível estabelecer uma linha do tempo adequada para estudar o desenvolvimento dos dois ministérios — para entender o seu funcionamento, pois a formulação da documentação e os processos de criação estão presentes no acervo do ministério anterior. Contudo, mesmo assim a administração pública ainda enxerga nesse caso dois arquivos diferentes e independentes, tendo cada um gestões e formatos no quadro de arranjo distintos. Mas ambos possuem uma ligação intrínseca um com o outro que precisa ser levada em conta no processo descritivo até mesmo para futuros estudos nesses arquivos.

É bom lembrar que a descrição multidimensional não se trata de uma substituição para a multinível, e sim uma nova opção para se fazer o trabalho arquivístico caso esse seja mais oportuno. Por algum tempo a descrição tinha apenas um padrão para se seguir, mas os arquivos estão tomando novas formas e funções, cabendo assim à arquivologia o trabalho de adaptar a sua metodologia às novas demandas que a área de arquivo está pedindo. Na visão do ICA, o desenvolvimento da descrição multidimensional é uma das medidas para avançar nesse sentido.

A utilização de um ou de outro sistema dependerá de alguns aspectos inerentes dos próprios fundos. No caso da descrição multinível é recomendável o seu uso quando o órgão do fundo tiver uma estrutura hierárquica convencional onde a estrutura de poder é completamente vertical e produza uma documentação que independe de documentos de outros fundos para trazer sentido. Enquanto isso, para que o fundo seja adequado para a utilização

da descrição multidimensional é necessária que seja menos hierarquizada do que a convencional e mais horizontal.

Tabela 1 - Distinções entre as descrições multinível e multidimensional.

DESCRIÇÃO MULTINÍVEL	DESCRIÇÃO MULTIDIMENSIONAL
Ótimo para instituições mais tradicionais onde se possui um organograma mais hierárquico	Ótimo para instituições mais modernas onde a cadeia de comando não é tão clara
Assume uma forma vertical como a de pilares	Assume uma forma horizontal como a de uma rede.
Possui uma hierarquia rígida entre os níveis	Não possui uma hierarquia tão clara entre os níveis
Não preza pela interligação dos arquivos e das séries	Favorece a interconexão dos arquivos e dos níveis do próprio fundo.
Não se valida do uso de hiperlink	Se utiliza do hiperlink
Não busca por ligações entre os fundos	Investe em pesquisas para correlacionar o fundo com outros fundos externos
Não se aprofunda em pesquisas fora do seu fundo	Investe em pesquisa entre outros fundos para justificar correlações entre fundos

Fonte: Autoria própria, baseados no *Records in Context: Conceptual Model* (2018).

A tabela ressalta um aspecto importante da descrição multidimensional que é a conexão com acervos externos ao fundo original. Esta questão está ligada diretamente com a proposta do RIC-CM, o material que originou a descrição multidimensional e foi desenvolvido pelo ICA. O RIC-CM tem como premissa utilizar o processo de contextualização como o tópico central para a descrição do fundo. Isto se deve ao fato de que a descrição multinível com o passar do tempo tirou esse aspecto do foco da descrição, visto que ele em si não interferia na descrição dos itens documentais como um todo, incluindo dossiês e documentos. Deve ser levado em conta na descrição multidimensional, a importância dada ao contexto de produção do acervo, pois o mesmo impacta a descrição de outros fundos. Por exemplo, em um arquivo durante a fase administrativa o seu conjunto de documentos pode ter sido gerado quando o produtor desempenhava uma função em que ele precisou interagir com um outro órgão ou entidade completamente diferente da que ele está, essa interação gerou uma documentação que ficou registrada pelo primeiro produtor, essa documentação ao mesmo tempo que respeita o princípio da proveniência gera uma dissonância, já que esse registro tem um valor probatório para os dois produtores mas apenas um deles fica com a

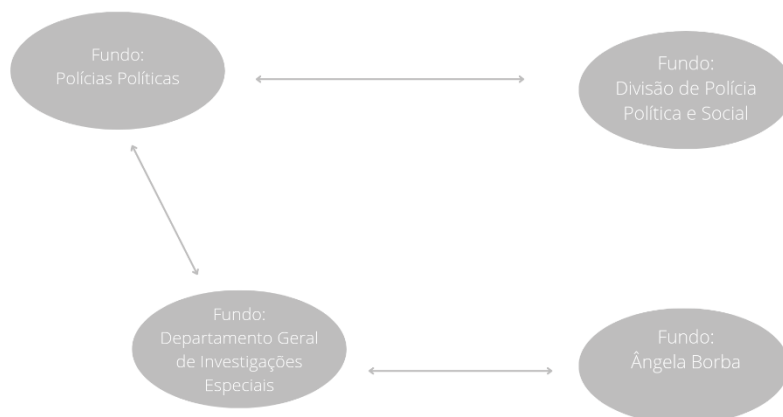
guarda deles. A descrição multidimensional vem justamente para levantar esse ponto, como trabalhar a descrição de dois acervos separadamente sabendo que ambos se relacionam entre si.

A principal vantagem de fazer esse trabalho adicional está na facilitação a futuras pesquisas envolvendo o fundo e a utilização de uma estrutura mais condizente com o fundo trabalhado. A descrição multidimensional por si só auxilia no acesso do usuário a informação, visto que normalmente para se fazer uma pesquisa aprofundada sobre uma temática o usuário deveria fazer uma varredura inicial de fundos envolvendo o seu assunto por conta própria, mesmo que ele não possua um conhecimento aprofundado sobre a temática. Porém a pesquisa prévia sobre a contextualização do arquivo já fornece para o pesquisador o trabalho de correlacionar a documentação e também pode ser usada pelo autor como uma fonte bibliográfica. Essa metodologia de descrição é pensada para o auxílio do acesso ao usuário, seja ele interno ou externo da instituição, fornecendo a entidade que utiliza esse método de descrição uma nova ferramenta para pesquisa voltada para o usuário. A descrição multidimensional abre portas para outros aprimoramentos no fazer descritivo, devido a esta razão ela está tomando o foco na discussão internacional de descrição.

4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RIC-CM

O APERJ detém um acervo considerável que está em uma constante expansão em sua organização, assim, possui um tratamento especializado para os documentos de guarda permanente. Alguns elementos do seu tratamento documental o torna um ambiente propício para aplicação da descrição multidimensional, sendo os principais: a investigação minuciosa da cadeia de custódia documental e de uma intercorrelação entre os fundos feitos através de campos descritivos.

Um outro aspecto a se levantar é a utilização do ICA-AtoM no site do APERJ, o sistema operacional abordado pelo RIC-CM para possibilitar a implementação da descrição multidimensional em um arquivo. Além disso, sua implementação estabelece que a existência de um arquivo é baseada em uma relação entre a entidade e seus relacionamentos. Os arquivos do APERJ estariam relacionados em forma de teias, já que parte do pressuposto do uso de rede mediada por tecnologias, podendo ser representado por diagramas. Assim, com o uso do modelo conceitual seria possível fornecer ao usuário a relação da entidade e suas características.

Imagem 1 - Fundos do APERJ baseados no RIC-CM

Fonte: Autores baseados no *Records in Context: Conceptual Model* (2018).

Como é possível observar, o fundo Polícias Políticas, está relacionado com os demais fundos, seja de uma forma direta pela utilização de material de outros fundos para produzir o seu próprio (Ex: Departamento Geral de Investigações Especiais), ou de uma forma indireta devido a uma aproximação temática forte (Ex: Ângela Borba). No caso do fundo Polícias Políticas, essa conexão entre os pontos deve ser representada através de hiperlinks ou linguagens documentárias na plataforma utilizada (ICA-AtoM). No fundo, as Polícias Políticas encontram-se na área de contextualização da descrição dos arquivos do fundo da Divisão de Polícias Políticas e o Departamento Geral de Investigações Especiais, e na área de documentação vinculada fornece a conexão com os demais fundos.

Alguns dos aspectos positivos que facilitariam essa implementação oficial da descrição multidimensional é a investigação já feita pela instituição voltada para a contextualização dos seus acervos já tratados. Esses fundos possuem links e hiperlinks com acervos principalmente de dentro da instituição, mas ainda existem conexões criadas com fundos de outros órgãos da gestão pública do Brasil, como o Arquivo Nacional e os Arquivos municipais do Estado Fluminense. Por se tratar em sua maioria de instituições públicas, facilita a abordagem para iniciar uma possível pesquisa envolvendo esses arquivos de outras entidades custodiadoras. Contudo, o fato da documentação dessas outras instituições arquivísticas não constarem com um trabalho descritivo tão significativo quanto do APERJ dificulta que uma futura pesquisa consiga encontrar um vínculo significativo com os acervos do Arquivo do Estado.

A realidade é que o APERJ está mais próximo da aplicação da descrição multidimensional do que a maioria das outras instituições brasileiras. O apreço pela contextualização em sua descrição fez o arquivo implementar aspectos da descrição multidimensional de maneira completamente orgânica, visto que não existe qualquer citação da instituição ao modelo conceitual do RIC-CM. Isso demonstra que existe uma demanda dentro do Brasil para uma descrição baseada no contexto da produção documental e nesse sentido a descrição multidimensional e o RIC-CM são de inteiro interesse para essas entidades custodiadoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar a partir da pesquisa e análise da descrição arquivística e o RIC-CM, a possibilidade de sua aplicação no mundo real e a sua contribuição para o fazer arquivístico. O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro abre uma oportunidade de estudar essa questão de uma forma prática, visto que o APERJ forneceu parâmetros e requisitos da descrição multidimensional, o que demonstra a necessidade da inserção prática desse instrumento, além de indicar que as normas arquivísticas atuais tão pouco sozinhas dão conta da necessidade descritiva dos acervos e dos sistemas informatizados.

Com todos os pontos abordados através desta pesquisa, chegou-se à conclusão de que atualmente o APERJ está preparado para introduzir a descrição multidimensional em sua metodologia descritiva. Caso ele assuma este caminho será um dos primeiros Arquivos do mundo a utilizar na prática o modelo elaborado pelo ICA. Com isto, ele transformaria um modelo conceitual em uma metodologia descritiva palpável que supriria as novas demandas sobre a contextualização dos arquivos ao redor do mundo, mais um passo nas discussões internacionais sobre descrição arquivística e novas possibilidades de mediações da difusão dos acervos, pensada na recuperação da informação pelo usuário e o seu acesso.

REFERÊNCIAS

ARCHIVES, INTERNATIONAL COUNCIL ON. **Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística**. 2º edição, Estocolmo, Suécia, 1999. Disponível em:

<https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2000_Guidelines_ISAD%28G%29_Second-edition_PT.pdf> Acesso em 10 de mai.2022.

_____. **Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias**. 2. ed., Canberra Australia, 2003. Disponível em:

<https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_Guidelines_ISAAR_Second-edition_PT.pdf> Acesso em 10 de mai.2022

_____. **Norma internacional para descrição de funções.** Dresden, Alemanha, 2007. Disponível em:

<https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2007_Guidelines_ISDF_First-edition_PT.pdf> Acesso em 10 de mai.2022

_____. **Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico.** Londres, Reino Unido, 2008. Disponível em:

<https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2008_Guidelines_ISDIAH_First-edition_PT.pdf> Acesso em 10 de mai.2022

_____. ***Records in Contexts: a Conceptual Model for Archival Description. Consultation Draft*** v.1, Sept. 2016. Disponível em: <<https://www.ica.org/sites/default/files/RiC-CM-0.1.pdf>> Acesso em 16 de mai.2022

_____. ***Records in Contexts: a conceptual model for archival description. Consultation Draft*** v2, Jun. 2021. Disponível em:

<https://www.ica.org/sites/default/files/ric-cm-02_july2021_0.pdf> Acesso em 9 de mai.2022

BELLOTTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo teoria e prática.** -3. Ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: editor FGV, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL (Rio de Janeiro). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *In: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.* [S. l], [201-]. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/index.php>. Acesso em: 14 jan. 2022.